

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza. A Companhia realiza suas vendas por meio de 1.122 lojas (1.165 em 31 de dezembro de 2018), distribuídas em todos os Estados da Federação. As lojas são abastecidas por cinco centros de distribuição localizados nos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo a IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e certos passivos financeiros, os quais foram mensurados a valor justo. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser convertida imediatamente em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento e mensuração

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e de partes relacionadas.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram.
- ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado conforme nota explicativa 3.3.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, fornecedores - convênio, empréstimos e financiamentos, terceiros e partes relacionadas, arrendamento mercantil financeiro, obrigações tributárias e parcelamento de tributos e são classificados na categoria de Passivos financeiros ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques inclui todos os gastos para aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são valorizados mensalmente pelo critério do custo médio ponderado.

A Administração espera que seus estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

e) Acordos comerciais

Os acordos comerciais compreendem acordos por logística, negociações para recomposição de margem, reembolso de despesas de marketing, abertura de novas lojas, negociação de pontas de gôndola, entre outros.

Em virtude de haver diferentes condições previstas nos acordos comerciais, a Administração da Companhia exerce julgamento para determinar os valores a serem reconhecidos de acordo com a natureza desses acordos e o período durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido no custo das mercadorias vendidas.

f) Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

g) Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme demonstrado na nota explicativa do imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por

meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Benefícios a empregados

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo recebido na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados foi reconhecido com um correspondente aumento no patrimônio líquido, no período em que os empregados adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios.

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

l) Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

m) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de venda de mercadorias é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo

da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

n) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável

que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

o) Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados como redutores do patrimônio líquido. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

p) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada no custo das mercadorias revendidas de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras, pela fruição de prazo dos recebíveis.

q) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

r) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresenta impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A nova norma substituiu o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações, determinando que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros “passivos de arrendamentos” e o direito de uso do ativo arrendado “direito de uso dos ativos” para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.

A adoção inicial e o impacto nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão divulgados na nota explicativa 16.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações contábeis, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

t) Informações por segmento

A Companhia atua em apenas um segmento que é o de varejo. A administração não controla as operações por localização geográfica, mesmo porque as centrais de distribuição são compartilhadas. Desta forma não há divulgação da nota explicativa por segmento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	52.726	76.309
Aplicações financeiras de curto prazo	68.314	41.888
Debêntures compromissadas	55.142	39.602
Outras aplicações de curto prazo	13.172	2.286
Total	<u>121.040</u>	<u>118.197</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018
Administradoras de cartões de crédito	276.703	302.226
Convênios empresariais (a)	15.400	15.098
Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM (b)	4.276	6.886
Comissões a receber	469	114
(-) Ajuste a valor presente	(2.791)	(2.788)
(-) Perdas esperadas com créditos	(5.604)	(6.071)
Total	<u>288.453</u>	<u>315.465</u>

- a) Referem-se aos valores a receber de empresas conveniadas com a Companhia. Os convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos aos funcionários, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras realizadas mediante desconto em folha de pagamento.
- b) O Programa de Benefícios de Medicamentos - PBM registra os saldos a receber com as vendas dos medicamentos vinculados a benefícios concedidos pelos laboratórios mediante reembolso.

Os saldos foram ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 16 e 24 dias e taxa média de captação de recursos.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	289.675	317.596
Vencidos entre 1 a 30 dias	1.504	1.315
Vencidos entre 31 a 60 dias	78	351
Vencidos entre 61 a 90 dias	575	282
Vencidos acima de 90 dias	<u>5.016</u>	<u>4.780</u>
	<u>296.848</u>	<u>324.324</u>

a) Movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(10.278)
Adições	(7.491)
Reversão da provisão	<u>11.698</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.071)
Adições	(1.366)
Reversão da provisão	<u>1.833</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(5.604)</u>

6. ESTOQUES

	31/12/2019	31/12/2018
Mercadorias para revenda	1.488.785	1.560.639
Materiais para uso e consumo	5.378	7.255
(-) Perdas esperadas nos estoques	<u>(27.792)</u>	<u>(61.446)</u>
	<u>1.466.371</u>	<u>1.506.448</u>

a) Movimentação das perdas esperadas nos estoques:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(61.249)
Adições	(9.793)
Reversão de provisão	<u>9.596</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(61.446)
Adições	(6.898)
Lançamento para perdas e reversão	<u>40.552</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(27.792)</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS (a)	265.812	158.026
IRPJ/CSLL (b)	2.860	16.535
PIS e COFINS (c)	167.166	48.839
INSS (d)	32.763	30.925
IRRF	4.712	256
Outros	4.034	3.892
	<u>477.347</u>	<u>258.473</u>
 Circulante	 204.153	 70.187
Non circulante	273.194	188.286

- (a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas e referente aos créditos tributários de ICMS ST não definitivo onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais efetivas. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de resarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF.
- (b) Pagamento a maior de IRPJ e base negativa de CSLL na apuração do lucro real do exercício de 2018.
- (c) Créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais à comercialização dos produtos e prestação de serviços. Em agosto de 2019 a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado em 2008 e garantiu o direito do reconhecimento do crédito tributário. O montante estimado e registrado até 31/12/2019 é de R\$ 143.982 (R\$ 35.793 em 31 de dezembro de 2018), dos quais 32.263 referem-se à atualização monetária (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018).
- (d) Créditos previdenciários referente a pagamentos a maior efetuado em períodos anteriores.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal	154.589	99.750
(-) Provisão para a realização de prejuízo fiscal	(44.729)	-
Capitalização de juros	(7.216)	(7.572)
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	(4.065)	(9.604)
Valor justo dos passivos financeiros	(770)	(1.661)
Provisão para encerramento de lojas	4.413	3.784
Provisão para realização dos estoques	9.449	20.892
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543
Participação nos lucros	1.805	2.220
Arrendamento mercantil	15.810	778
Perdas esperadas com créditos	7.194	11.062
Provisões para contingências	7.224	4.745
Ajuste a valor presente	2.728	3.373
Outras provisões	12.187	7.773
Total	<u>165.162</u>	<u>142.083</u>

a) Conciliação da alíquota efetiva

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL[A]	(30.026)	48.326
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	<u>(10.209)</u>	<u>16.431</u>
Efeito das adições permanentes: [D]	11.617	1.135
Outras adições permanentes	11.617	1.135
Efeito das exclusões permanentes: [E]	181.032	197.333
Subvenção para investimento	180.526	196.457
Equivalência patrimonial	506	876
IR/CSLL diferido sobre prejuízo fiscal não constituído [F]*	<u>44.729</u>	<u>5.629</u>
IR/CSLL no resultado [C] + ([D] - [E])*34% + [F] = [G]	<u>23.081</u>	<u>44.647</u>
Alíquota efetiva [G]/[A]	(76,9)%	92,4%

* IR/CSLL diferidos não constituídos em função da projeção de resultados futuros.

b) Expectativa de realização

A Companhia, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de períodos anteriores e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis. A recuperação dos valores é revisada anualmente.

As estimativas estão relacionadas a capacidade da Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem. De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos reconhecidos em função dos prejuízos fiscais, serão recuperados de acordo com o seguinte cronograma.

Anos	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	42.333
2021	-	-
2022	5.913	5.913
2023	15.730	15.730
2024	23.166	23.166
2025	27.315	27.315
Após 2025	<u>93.038</u>	<u>27.626</u>
	<u>165.162</u>	<u>142.083</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	31/12/2019			31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Outras contas a receber Dupar Participações S.A. (b)	Outros créditos	4.835	-	-	10.569	-	-
Fornecedores Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (f) ePharma PBM do Brasil S.A. (e) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (g)	Compra de produtos Prestação de serviços Frete de mercadorias	- - -	740 2.431 3.247	- (1.776) (97.897)	- 4.741 439	2.338 - 9.298	- (2.187) (129.109)
Arrecadação de recursos de terceiros Pague Menos Gerenc. de Serviços Ltda. (d)	Prestação de serviços	12	-	(350)	1	25	(1.053)
Arrendamentos Renda Participações S.A. (a) Dupar Participações S.A. (a) Prospal Participações S.A. (a)	Aluguel de imóveis Aluguel de imóveis Aluguel de imóveis	3 6.571 -	649 - 88	(7.599) (60.160) (1.047)	2 10.646 -	482 11 90	(7.123) (61.182) (1.048)
Total		11.421	7.155	(168.829)	26.398	12.244	(201.702)

- a) Renda Participações S.A., Dupar Participações S.A. e Prospal Participações S.A., atuam na administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.
- b) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros.
- c) ePharma PBM do Brasil S.A. - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.
- d) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.
- e) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. - Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação.

i) Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores e do Conselho de Administração totalizou R\$10.396 no período findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$8.208 em 2018). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego.

ii) Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos, sem custo para a Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	31/12/2019	31/12/2018
Aval/fiança e devedor solidário	1.237.083	638.816
Pessoas físicas (acionistas)	557.546	519.275
Dupar Participações S.A.	679.537	119.541
Imóveis	72.233	72.233
Dupar Participações S.A.	72.233	72.233

10. INVESTIMENTOS

	31/12/2019	31/12/2018
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	7.695	8.050
Ágio na aquisição de investimento	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(19.243)	(19.243)
	<u>70.290</u>	<u>70.645</u>

a) Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2018	70.331
Distribuição de dividendos	(562)
Equivalência patrimonial	876
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>70.645</u>
Distribuição de dividendos	(861)
Equivalência patrimonial	506
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>70.290</u></u>

Informações da investida

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A. pelo total de R\$90.000. A aquisição de 26,21% das ações da ePharma PBM do Brasil S.A. correspondia a R\$8.162 do patrimônio líquido desta, consequentemente, foi apurado um ágio decorrente da diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida, baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Redução ao valor recuperável do Ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2019 a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período

de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 13,34% antes dos impostos. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos da investida, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da investida, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico da investida é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extração utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 2,0%.

Margem bruta

A margem bruta é baseada no valor do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado.

O teste de recuperação identificou um excesso de R\$ 14.987 que não levou na necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado.

Um aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) de 10% levaria a taxa para 14,7%, resultando em valor recuperável de R\$ 246,7 milhões, ante avaliação do cenário base no Modelo de Fluxo de Caixa Descontado de R\$ 296 milhões. Uma redução de 10% na Taxa de Crescimento Perpétuo (g) para 1,80% resultaria no valor recuperável de R\$ 292 milhões. No pior cenário do modelo atual, a avaliação seria de R\$ 244,0 milhões, o que não resultaria em perda adicional.

11. IMOBILIZADO

Taxa a.a.	31/12/2019			31/12/2018			
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Obras em andamento	-	4.290	-	4.290	27.096	-	27.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	[a]	737.299	(319.699)	417.600	736.789	(280.610)	456.179
Instalações	10%	89.124	(34.100)	55.024	75.447	(26.027)	49.420
Máquinas e equipamentos	10%	96.141	(49.880)	46.261	90.543	(41.811)	48.732
Móveis e utensílios	10%	95.391	(34.421)	60.970	85.746	(25.467)	60.279
Veículos	20%	2.601	(2.592)	9	2.715	(2.642)	73
Equipamentos de informática	20%	57.713	(47.189)	10.524	151.191	(65.604)	85.587
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	0	585	-	585
Provisão para encerramento de lojas	-	[40.171]	27.647	(12.524)	(32.548)	22.133	(10.415)
Total		1.042.388	(460.234)	582.154	1.137.564	(420.028)	717.536

(a) A amortização das benfeitorias é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos de prazo de vigência chegando-se numa média de taxa de depreciação de 6%a.a.

a) Movimentação

	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2019
Obras em andamento	27.096	3.402			(26.208)	4.290
Benfeitorias em imóveis de terceiros	456.179	27.595	(26.229)	(47.375)	7.430	417.600
Instalações	49.420	5.814	(1.096)	(8.975)	9.861	55.024
Máquinas e equipamentos	48.732	4.630	(1.124)	(8.561)	2.584	46.261
Móveis e utensílios	60.279	6.954	(1.149)	(9.044)	3.930	60.970
Veículos	73	-	(32)	(32)		9
Equipamentos de informática	85.587	5.133	(323)	(7.570)	(72.303)	10.524
Adiantamentos a fornecedores	585	-	(585)	-	-	0
Provisão para encerramento de lojas	(10.415)	(5.938)	3.829	-	-	(12.524)
Total	717.536	47.590	(26.709)	(81.557)	(74.706)	582.154

	01/01/2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2018
Obras em andamento	54.276	27.926	-	-	(55.106)	27.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	374.764	100.538	(11.246)	(55.058)	47.181	456.179
Instalações	42.322	14.464	(1.011)	(6.593)	238	49.420
Máquinas e equipamentos	49.685	6.981	(1.090)	(8.421)	1.577	48.732
Móveis e utensílios	42.437	23.014	(1.286)	(7.326)	3.440	60.279
Veículos	137	-	-	(64)	-	73
Equipamentos de informática	73.617	34.007	(373)	(21.664)	-	85.587
Adiantamentos a fornecedores	755	-	(170)	-	-	585
Provisão para encerramento de lojas	(3.162)	(7.253)	-	-	-	(10.415)
Total	634.831	199.677	(15.176)	(99.126)	(2.670)	717.536

A transferência no valor de R\$ 74.706, refere-se ao saldo principalmente ao valor residual de arrendamento mercantil, contabilizado conforme IAS 17, o qual em 1º de janeiro de 2019 foi reclassificado para o ativo de direito de uso em conformidade com o CPC 06 (R2) no valor de R\$ 72.834. As demais transferências, no valor de R\$ 1.872 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.670 em 2018), referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, reclassificados para o intangível.

Provisão para encerramento de loja

A Companhia reconheceu uma de provisão para encerramento de lojas, no montante de R\$12.524 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 10.415 de provisão em 2018). A análise de recuperabilidade considera o resultado individualizado de cada loja e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação dos investimentos estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de lojas. Ocorreram 71 encerramentos no período findo em 31 de dezembro de 2019 (58 lojas encerradas no exercício de 2018).

Capitalização de juros de empréstimos

A Companhia reconheceu o valor de R\$ 1.005 (R\$ 3.435 em 2018) referente a custos de empréstimos para aquisição de ativos qualificáveis, inicialmente reconhecidos no resultado do período.

12. INTANGÍVEL

Taxa a.a.	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas	-	4.289	-	4.289	4.289	-
Fundo de comércio	(a)	20.144	(12.582)	7.562	19.345	(10.129)
Softwares	20%	53.904	(30.219)	23.685	45.959	(21.826)
Websites	10%	112	(47)	65	112	(40)
Provisão para encerramento de lojas	-	(1.145)	691	(454)	(1.305)	590
Total		77.304	(42.157)	35.147	68.400	(31.405)
						36.995

(a) A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos de prazo de vigência chegando-se numa média de taxa de amortização de 8,6%a.a.

a) Movimentação

	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências (b)	31/12/2019
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	9.216	50	(102)	(2.602)	1.000	7.562
Softwares	24.133	6.925	-	(8.209)	836	23.685
Websites	72	(36)	-	(7)	36	65
Provisão para encerramento de lojas	(715)	(730)	991	-	-	(454)
Total	36.995	6.209	889	(10.818)	1.872	35.147

(b) Os valores residuais de transferências referem-se as reclassificações entre o intangível e imobilizado.

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências (b)	31/12/2018
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	8.982	638	(295)	(2.465)	2.356	9.216
Softwares	16.343	14.269	-	(6.479)	-	24.133
Websites	28	-	(263)	(7)	314	72
Provisão para encerramento de lojas	-	-	(715)	-	-	(715)
Total	29.642	14.907	(1.273)	(8.951)	2.670	36.995

13. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	1.047.582	1.088.093
Operações de risco sacado	75.127	10.737
Ajuste a valor presente (i)	<u>(22.455)</u>	<u>(23.133)</u>
Total	<u>1.100.254</u>	<u>1.075.697</u>

(i) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 59 e 78 dias e taxa média de captação de recursos. A contrapartida do ajuste a valor presente é contra a conta de estoques, sendo reconhecida ao resultado na conta de custo das mercadorias endidas quando da venda. A recomposição do saldo do passivo referente aos juros pela passagem do tempo é reconhecida como despesas financeiras.

a) Por vencimento

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer		
Entre 1 a 30 dias	376.557	401.669
Entre 31 a 60 dias	296.441	276.030
Entre 61 a 90 dias	134.718	132.694
Mais de 91 dias	<u>314.993</u>	<u>288.437</u>
 Total	 <u>1.122.709</u>	 <u>1.098.830</u>

b) Concentração do saldo

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores		
Maior fornecedor	11%	10%
do 2º ao 25º	53%	51%
do 26º ao 50º	14%	16%
Demais fornecedores	22%	23%
Total	<u>100%</u>	<u>100%</u>

c) Operações de risco sacado

Do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2019, R\$ 75.127 (R\$ 10.737 em 31 de dezembro de 2018) correspondem as operações de risco sacado em que não houve modificações relevantes nas condições de compras (pagamentos, preços e prazos negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. As operações de risco sacado possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia ou ganho de juros compartilhado com a instituição financeira.

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil	FCO	-	3,5% a.a.	24.772	28.844
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,03% a.a.	160.138	203.437
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	-	3,5% a.a.	51.940	52.123
Banco da Amazônia	FNO	-	10,50% a.a.	3.786	11.314
Bradesco	Finame	-	3% a 3,5% a.a.	5	72
Citi	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,68% a.a.	30.843	59.381
Itaú	Capital de giro - swap xEU\$	CDI	1,97% a 1,99% a.a.	98.012	-
Itaú	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,24% a 3,20% a.a.	56.728	318.975
Safra	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,20% a 1,85% a.a.	46.201	102.608
Santander	FRN	CDI	1,40% a 1,55% a.a.	100.405	100.518
Santander	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,75% a.a.	63.253	77.132
Total bruto de financiamentos e empréstimos				636.083	954.404
Circulante				193.797	522.181
Não circulante				442.286	432.223
Instrumentos de hedge (a)				(11.955)	[28.248]
Total líquido de financiamentos e empréstimos, líquido dos instrumentos de hedge				624.128	926.156

(a) A Companhia realiza captações em moeda estrangeira na modalidade "4131", sobre as quais incidem juros pré-fixados. Com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações, a Companhia contratou swaps atrelados às operações "4131" devidamente casados com mesmos prazos, taxas e valores. Adicionalmente a Companhia utiliza o "fair value option" para os empréstimos em moeda estrangeira, protegidos por instrumentos derivativos. Para evitar descasamento contábil entre a mensuração dos passivos financeiros, a Companhia classifica tais instrumentos como passivos financeiros mensurados a valor justo. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 26.

a) Composição por moeda

	31/12/2019	31/12/2018
Em Reais – R\$	404.299	558.096
Em Euro – EU\$	98.760	-
Em Dólares norte-americano - US\$	133.024	396.308
Total	636.083	954.404

b) Cronograma de desembolso

	31/12/2019	31/12/2018
Vencimentos		
2019	-	522.181
2020	193.797	256.218
2021	223.891	101.898
2022	121.231	50.965
2023	51.117	14.610
Após 2024	46.047	8.532
Total	636.083	954.404

c) Movimentação da conta

Saldos em 1 de janeiro de 2018	678.914
Captação de financiamentos e empréstimos	465.000
Juros incorridos	40.955
Amortização de principal	(290.111)
Amortização de juros	(40.729)
Variações cambiais	98.691
Alterações no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	(767)
Reconhecimento dos custos de transação	2.451
 Saldo em 31 de dezembro de 2018	 <u>954.404</u>
 Saldos em 1 de janeiro de 2019	 954.404
Captação de financiamentos e empréstimos	479.400
Juros incorridos	36.451
Amortização de principal	(807.584)
Amortização de juros	(42.838)
Variações cambiais	15.096
Alterações no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	2.622
Apropriação ao resultado de custos de transação	(1.468)
 Saldo em 31 de dezembro de 2019	 <u>636.083</u>

d) Cláusulas restritivas (covenants)

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas informações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos.

Em 31 de dezembro de 2019 os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente.

e) Garantias

	31/12/2019	31/12/2018
Alienação fiduciária de direitos creditórios	182.141	177.298
Fianças	87.620	75.620
Imóveis	72.233	72.233
Alienação fiduciária de bens	495	490
 	<u>342.489</u>	<u>325.641</u>

15. DEBÊNTURES

Emissão	Vencimento	Qtde. Debêntures (unidades)	Montante de emissão	Encargos	Garantias	31/12/2019	31/12/2018
4ª emissão	11/02/2019	11/02/2024	200.000	200.000	CDI + 1,95% Real e fidejussória	102.897	-
5ª emissão	21/07/2019	21/01/2023	100.000	100.000	CDI +1,51% Real e fidejussória	200.008	-
Total						302.905	-

Circulante	20.084	-
Não circulante	282.821	-

a) Movimentação da conta

Saldo em 1º de janeiro de 2018	34.462
Juros incorridos	1.874
Pagamento de principal	[34.666]
Pagamento de juros	(2.047)
Apropriação ao resultado de custos de transação	377
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

Saldo em 1º de janeiro de 2019	-
Emissão	300.000
Juros incorridos	16.294
Pagamento de juros	(12.692)
Apropriação ao resultado de custos de transação	[697]
Saldo em 31 de dezembro de 2019	302.905

b) Cronograma de desembolso

	31/12/2019
Vencimentos	
2020	20.084
2021	33.171
2022	113.172
2023	96.505
2024	39.973
Total	<u>302.905</u>

c) Cláusulas restritivas (covenants)

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas informações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2019 os índices e limites financeiros estavam dentro dos limites definidos contratualmente.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Política contábil

A Companhia adotou o IFRS 16 para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a suas partes relacionadas. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a Companhia optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores.

Na adoção inicial, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- (i) Taxas Nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pela Companhia;
- (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável; e
- (iii) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos serão considerados apenas o prazo residual vigente.

A Administração entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), deveria adotar, para fins de registro contábil, a utilização da taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, bem como pelo Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/20 - Orientações sobre a elaboração das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2019, emitido na data de 05 de fevereiro de 2020, não exigindo dessa forma, a aplicação requerida pelo CPC 26 – Apresentação da Demonstrações Contábeis itens 19 e 20.

b) Composição ao ativo de direito de uso

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.562.519	72.834	6.295	1.641.648
Remensuração	-	(1.720)	-	(1.720)
Adições	103.937	2.720	16.945	123.602
Baixas	(151.727)	(12)	(492)	(152.231)
Depreciação	(142.023)	(15.049)	(3.545)	(160.617)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.372.706</u>	<u>58.773</u>	<u>19.203</u>	<u>1.450.682</u>

c) Passivo de arrendamento

Custo	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.562.519	72.834	6.295	1.641.648
Remensuração	-	(1.720)	-	(1.720)
Adições	103.937	2.720	16.945	123.602
Baixas	(154.776)	(3)	(490)	(155.269)
Juros incorridos	121.213	5.457	1.167	127.837
Pagamentos	(216.543)	(18.258)	(4.238)	(239.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.416.350</u>	<u>61.030</u>	<u>19.679</u>	<u>1.497.059</u>
 Circulante	 143.611	 15.854	 5.261	 164.726
Não circulante	1.272.739	45.176	14.418	1.332.333

d) Cronograma do passivo de arrendamento

31/12/2019

Vencimentos	
01/01/2020 – 31/12/2020	164.727
01/01/2021 – 31/12/2021	162.143
01/01/2022 – 31/12/2022	153.265
01/01/2023 – 31/12/2023	139.044
01/01/2024 – 31/12/2024	110.473
Acima de 01/01/2025	<u>767.407</u>
Total	<u>1.497.059</u>

e) Crédito de PIS E COFINS potencial

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos, considerando o saldo dos contratos na adoção e o seu ajuste a valor presente.

Parte de nossos contratos de arrendamento de imóveis não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

	Fluxo nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.552.388	1.567.451
PIS e COFINS potencial (9,25%)	147.517	91.421

f) “Misleading” provocado pela plena aplicação do CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	01/01/2019	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019
Imóveis	1.562.519	1.416.350	1.964.780	1.780.981
Equipamentos de informática	75.182	61.030	80.975	65.733
Máquinas e equipamentos	6.295	19.679	6.770	21.163
Total	1.643.996	1.497.059	2.052.525	1.867.877

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2019	31/12/2018
PERT	12.431	117
ICMS	54.579	41.587
IRPJ/CSLL	5.495	5.230
ISS	1.126	1.105
INSS/FGTS	23.239	24.442
Outros	495	1.804
Total	97.365	74.285
Circulante	86.521	73.127
Não circulante	10.844	1.158

18. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Administrativas	712	758
Cíveis	4.929	1.629
Trabalhistas	15.115	10.034
Tributárias	492	676
Total	<u>21.248</u>	<u>13.097</u>

As provisões para contingências cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

As contingências trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

a) Movimentação dos processos no período

2019	31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2019
Administrativas	758	248	(174)	(120)	712
Cíveis	1.629	3.602	(210)	(92)	4.929
Trabalhistas	10.034	7.685	(939)	(1.665)	15.115
Tributárias	676	73	(204)	(53)	492
Total	<u>13.097</u>	<u>11.608</u>	<u>(1.527)</u>	<u>(1.930)</u>	<u>21.248</u>

2018	31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2018
Administrativas	465	751	(8)	(450)	758
Cíveis	1.554	2.113	(538)	(1.500)	1.629
Trabalhistas	8.773	6.417	(222)	(4.934)	10.034
Tributárias	354	325	-	(3)	676
Total	<u>11.146</u>	<u>9.606</u>	<u>(768)</u>	<u>(6.887)</u>	<u>13.097</u>

b) Passivos contingentes – Risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 108.782 (R\$102.739 em 2018), para as quais não foram constituídas provisões.

A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Administrativas	8.063	7.359
Cíveis	3.568	1.641
Trabalhistas	4.852	10.621
Tributárias	92.298	83.118
Total	<u>108.781</u>	<u>102.739</u>

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da Companhia destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da Companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da Companhia é de total respeito ao público consumidor entende-se que a interpretação é improcedente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é de R\$382.727, representado por um total de 342.726.580 ações ordinárias sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

	31/12/2019	31/12/2018
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.391)	(11.391)
Opções outorgadas reconhecidas (iii)	5.412	5.242
Reserva de incorporação	330	330
Total	<u>381.001</u>	<u>380.831</u>

- i. Valor referente ao Ágio pago pela General Atlantic Brasil Investimentos S.A., na aquisição de ações da Companhia.
- ii. Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R\$ 11.391 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A.
- iii. Valor referente ao plano de remuneração baseado em ações (vide nota 20). Em 2019 e 2018 foram registradas novas opções outorgadas no valor de R\$170 e R\$905, respectivamente.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na nota 22 - Subvenção governamental.

20. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

	R\$		
Nº ações outorgadas	Preço de aquisição	Preço de exercício	Opções outorgadas
Em aberto em 31 de dezembro de 2018	3.047.674	1,72	10,30
Concedidas durante o período	98.837	1,72	10,30
Em aberto em 31 de dezembro de 2019	3.146.511	1,72	10,30

Não há média ponderada das opções de ações visto que todos os elegíveis do plano adquiriram as opções pelo mesmo preço. Não houve opções expiradas durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e no exercício de 2018.

21. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido por ação do período atribuível aos acionistas	(6.945)	92.973
Quantidade ponderada de ações durante o período (lote de mil)	342.726	342.726
Resultado por ação básico e diluído - R\$	(0,020)	0,271

22. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação de ICMS, concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco e Bahia, que implicam na redução de carga tributária desses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos, os quais a Companhia tem atendido sistematicamente, tais como; (i) o aumento do volume de arrecadação do ICMS; (ii) incremento da geração de empregos; (iii) aquisição de imobilizado; (iv) abertura de novas lojas; e (v) a observância quanto às vedações ao resarcimento previsto na legislação envolvida.

A Companhia reconheceu em seu resultado do período, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R\$180.526 (R\$196.457 em 2018).

Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

23. RECEITA LÍQUIDA

	2019	2018
Venda de mercadorias	6.771.040	6.582.338
Serviços prestados	21.065	15.600
Ajuste a valor presente	(32.475)	(36.769)
Receita bruta	6.759.630	6.561.169
Impostos sobre vendas	(298.683)	(273.823)
Devoluçãoes e abatimentos	(38.699)	(42.296)
Deduções das vendas	(337.382)	(316.119)
Receita líquida	6.422.248	6.245.050

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Classificados por conta:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo das mercadorias vendidas	(4.404.082)	(4.167.370)
Despesas com vendas	(1.597.629)	(1.677.293)
Despesas administrativas e gerais	(204.711)	(217.347)
Total de custos e despesas	(6.206.422)	(6.062.010)

b) Classificados por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo de aquisição de mercadorias	(4.404.082)	(4.167.370)
Despesas com pessoal	(1.035.994)	(1.045.881)
Despesas com aluguéis	(38.175)	(272.001)
Despesas gerais	(475.160)	(468.681)
Depreciação e amortização	(253.011)	(108.077)
Total de custos e despesas	(6.206.422)	(6.062.010)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.730	5.019
Alterações no valor justo dos instrumentos de hedge	149.430	194.402
Alterações no valor justo de passivos financeiros	3.084	22.595
Ajuste a valor presente	32.472	37.020
Variação cambial	94.428	108.866
Juros ação exclusão ICMS base do PIS e COFINS	32.263	-
Outras receitas financeiras	3.204	2.287
 Total de receita financeira	 316.611	 370.189

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Juros provisionados	(50.848)	(39.361)
Juros de arrendamento	(127.837)	(8.076)
Alterações no valor justo de instrumentos de hedge	(153.511)	(118.075)
Alterações no valor justo de passivos financeiros	(5.706)	(21.830)
Outras despesas financeiras	(21.110)	(9.542)
Ajuste a valor presente	(93.928)	(96.231)
Variação cambial	(109.523)	(207.280)
 Total de despesa financeira	 (562.463)	 (500.395)
 Resultado financeiro	 (245.852)	 (130.206)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão identificados a seguir:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	121.040	121.040	118.197	118.197
Aplicações financeiras	10.269	10.269	23.386	23.386
Contas a receber de clientes	288.453	288.453	315.465	315.465
Fornecedores	(1.100.254)	(1.100.254)	(1.075.697)	(1.075.697)
Financiamentos e empréstimos	(341.045)	(348.117)	(396.308)	(372.480)
Debêntures	(302.905)	(313.121)	-	-
 Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Financiamentos e empréstimos	(295.038)	(295.038)	(558.096)	(558.096)
Plano de remuneração baseado em ações	(5.412)	(5.412)	(5.242)	(5.242)
 Instrumentos financeiros derivativos				
Instrumentos de hedge (Swaps de moeda estrangeira)	11.955	11.955	28.248	28.248

b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos de hedge.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e Instrumentos de hedge.

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras, referentes a depósitos bancários, aplicações financeiras e instrumentos de hedge no montante de R\$ 124.069 (R\$141.583 em 31 de dezembro de 2018), os quais representam sua máxima exposição de crédito. O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e de primeira linha. Esses saldos são pulverizados nessas instituições a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência da contraparte.

Contas a receber com administradoras de cartões de crédito

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer		
1 a 30 dias	127.695	155.737
31 a 60 dias	58.805	80.727
61 a 90 dias	48.490	37.424
Acima de 90 dias	37.938	28.338
Vencidos	-	-
Total	<u>272.928</u>	<u>302.226</u>

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	121.040	121.040	121.040	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	296.848	296.848	296.848	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.122.709)	(1.122.709)	(1.122.709)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos, líquido de Instrumentos de Hedge (Nota 14)	624.128	624.128	183.691	222.675	213.922	3.840
Debêntures (Nota 15)	302.905	302.905	20.084	33.172	249.649	-

Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Valor contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	118.197	118.197	118.197	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	324.324	324.324	324.324	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.098.830)	(1.098.830)	(1.098.830)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	(954.404)	(954.404)	(522.181)	(255.542)	(168.149)	(8.532)

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Risco de taxa de juros

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2019 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 4,40% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de dezembro de 2019, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre dezembro de 2019 e dezembro de 2029) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros:

31/12/2019:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	636.083	3.265	6.225	12.450
Debêntures	Alta do CDI	302.905	3.477	3.400	6.800
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	68.314	-	(751)	(1.503)

31/12/2018:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	834.128	(2.895)	(13.346)	(26.692)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	41.888	-	(670)	(1.340)

Risco cambial

A Companhia possui a política de contratar instrumentos de hedge para proteção de operações financeiras realizadas em moeda estrangeira. Tais operações são realizadas com as mesmas contrapartes que concederam as operações de crédito originais e no mesmo valor nocial de forma a evitar qualquer descasamento nas posições. A Companhia possui a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2019 o valor dos instrumentos de hedge era de R\$ 11.955 (R\$ 22.481 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia utiliza o “fair value option” para os empréstimos em moeda estrangeira, os quais estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos (swaps). Para evitar descasamento contábil entre a mensuração dos passivos financeiros (custo amortizado e valor justo), a Companhia classificou tais instrumentos como passivos financeiros mensurados a valor justo.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de swap considerando os três cenários abaixo.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Em 31 de dezembro de 2019 (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(37.415)	(144.699)
Em 31 de dezembro de 2018 (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(86.017)	(325.291)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	938.988	954.404
Operações com derivativos	<u>(11.955)</u>	<u>(28.248)</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas de hedges	927.033	926.156
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(121.040)</u>	<u>(118.197)</u>
Dívida líquida	805.993	807.959
Patrimônio líquido	<u>1.024.520</u>	<u>1.031.295</u>
Índice de alavancagem	<u>0,79</u>	<u>0,78</u>

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	5.412
Financiamentos e empréstimos	-	348.117	-
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	296.539	-
Debêntures	-	313.121	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	11.955	-
Descrição	31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	5.242
Financiamentos e empréstimos	-	390.000	-
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	558.096	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	28.248	-

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Plano de remuneração baseado em ações - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como patrimônio líquido já que o plano da Companhia é considerado totalmente vested.

Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2020 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Descrição	31/12/2019			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho

Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	295.037	296.539	3.084	(5.706)
---	---------	---------	-------	---------

Descrição	31/12/2018			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho

Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	558.096	558.096	(21.830)	22.595
---	---------	---------	----------	--------

Instrumentos de hedge (Swaps de moeda estrangeira) - mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Com o objetivo de proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de swap para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

A Companhia recebe juros variáveis entre 1,63% a 5,34% a.a. sobre o valor nocional em dólar (parcela ativa) e paga entre 1,49% a 1,97% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor de referência em reais na data da contratação (parcela passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do período, nas contas de “receitas e despesas com instrumentos de hedge”.

Fluxo	Valor principal (R\$ mil)		Índice	Taxa a.a.
	31/12/2019	31/12/2018		
Swap CDI vs. taxa flutuante em US\$				
Ativo	12.843 (888)	28.565 -	US\$ + EU€ +	5,00% 1,63%
Passivo	-	(317)	CDI +	1,49% a 1,97%
Valor justo do Instrumento de hedge	11.955	28.248		

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede da Companhia:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Limite Máximo de Garantia Contratada	405.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	15.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	46.400	46.400
Veículos	-	300
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	15.000	15.000

Mário Henrique Alves de Queirós
 Diretor-presidente

Luiz Renato Novais
 Diretor Vice-presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
 Contador CRC CE 8408